

Retrocesso não impede avanço da reforma agrária

Com um texto considerado conservador pelos que a defendem, a reforma agrária finalmente conseguiu, ao menos, ser incluída nesta Constituição que está sendo elaborada pelo Congresso Constituinte. Apesar do status ministerial, depois do advento da chamada Nova República, na verdade pouco foi feito em favor da reforma agrária. Mesmo assim, muita coisa mudou após a posse do paraense Jäder Barbalho, há sete meses, no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad).

Mudou tanto, que o Ministério deixou de ser notícia por muito tempo, só voltando às páginas dos jornais em função do impasse na Constituinte. Por pouco a reforma agrária escapou de ser um "buraco branco" no texto constitucional.

Segundo o próprio Jäder Barbalho, a principal mudança no Mirad "foi a de que se passou a ter uma visão pragmática no Ministério". Ele também atribuiu a si a proeza de ter despassionalizado o tema reforma agrária.

Reiterando que 97,4 por cento dos proprietários rurais do País (pequenos e médios proprietários), que detêm 4,1 milhões de imóveis rurais, não serão atingidos pelas desapropriações, Barbalho acredita que "separou o joio do trigo". Estes pequenos e médios proprietários, segundo Jäder, "serviam de massa de manobra dos latifundiários e ficavam apavorados quando ouviam falar em reforma agrária".

Pelas metas do Plano de Ação Governamental (PAG), o governo deverá assentar, até 1990, um milhão de famílias em 30 milhões de hectares. Apenas 2,6 por cento das propriedades rurais, os latifúndios, que representam um total de 284 milhões

de hectares, é que poderão ser atingidos pela reforma agrária. "Desses, o governo só precisa de 30 milhões de hectares", insiste o ministro.

ACORDO

Embora já estivesse ocorrido com ex-ministros, um fato que tem despertado a atenção são as áreas adquiridas para a reforma agrária através de acordo entre proprietários e governo.

— O acordo é para eliminar a pendência judicial — explica o ministro, acrescentando que o processo de desapropriação não será jamais eliminado. "O acordo é altamente vantajoso para o ministério, pois só aceitamos pagar a terra nua e a benfeitoria, tudo em Títulos da Dívida Agrária (TDA)", afirma Jäder.

De acordo com o ministro, nas condenações judiciais, o Mirad tem que pagar juros moratórios, juros compensatórios, cobertura florística, honorários de advogado e o deságio do TDA.

Muitos proprietários de imóveis rurais desapropriados pelos governo procuram o Mirad para a realização de um acordo, que beneficia as duas partes. Eles sabem que sem o acordo, o resgate de seus TDAs é do segundo ao 20º ano. Com o acordo, o resgate passa a ser do segundo ao quinto ano.

Com 100 milhões de títulos, conseguidos por Barbalho através de uma lei assinada pelo presidente Sarney e aprovada pelo Congresso Nacional, o ministro acredita que terá um volume de TDAs capaz de cumprir as metas do PAG. Por outro lado, os TDAs já estão tendo uma boa procura no mercado.

IMÓVEIS/ÁREAS DESAPROPRIADAS

| | IMÓVEIS | ÁREA TOTAL |
|-----------------------------|---------|----------------|
| Gestão Nelson Ribeiro | 76 | 377.596,0258 |
| Gestão Dante de Oliveira .. | 266 | 1.492.811,5263 |
| Gestão Marcos Freire | 35 | 188.269,6242 |
| Gestão Iris Resende | 2 | 790.8182 |
| Gestão Jader Barbalho | 180 * | 1.424.247,9385 |
| Total Governo Sarney | 559 | 3.483.715,9330 |

* Gestão Jader Barbalho

| | | ÁREA (HA) |
|---|-----|----------------|
| Áreas desapropriadas | 142 | 1.217.329,8994 |
| Áreas adquiridas | 11 | 6.997.0891 |
| Áreas em processo de aquisição não concluído... | 27 | 199.920,9500 |